

Escola e violência sob a ótica da sociologia¹

School and violence from the perspective of sociology

Fabiana Maria Roque Chaves*

Resumo: O presente artigo registra a participação da sociologia como uma ciência capaz de contribuir com o diagnóstico da violência existente atualmente na escola, e considera que os mecanismos administrativos dos aparelhos ideológicos do Estado não conseguem, efetivamente, estabelecer a justa medida que deva haver entre violência e escola, em razão da precariedade moral, ética e física em que se encontram.

Palavras chave: violência; escola; sociologia

Abstract: The present article register the sociology participation as science capable to contribute in the diagnostic of the existence violence actual in the school, and consider that the mechanism conduct apparatus ideology of the state achieving and establish the a just arameter violence and school, because the poor state of morality, ethical and physical they find himself.

Keywords: violence, school, sociology

A escola é espaço de construção de saberes, de convivência e socialização. Crianças e adolescentes buscam, no sistema escolar, desenvolver suas habilidades, expandir relações sociais, realizar e construir desejos, impulsos que colaboram na formação de identidades. Mas a escola é também locus de produção e reprodução de

¹ Este artigo constitui parte de uma investigação empírica realizada no âmbito do doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Manuel Lisboa.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Conhecimento, Cultura e Educação da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa. Pesquisadora do Cesnova- Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa e do Observatório de Violência. Professora convidada da Pós-Graduação em Educação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Inconfidentes- Brasil. Contato: fabianamrchaves@gmail.com

violências nas suas mais variadas formas. Atualmente, verifica-se com maior nitidez uma tensão entre o sistema escolar e as expectativas dos jovens.

São vários os fatores que contribuem para a singularidade dos conflitos e das violências no cotidiano escolar. Primeiramente, há que se observar como é determinado o papel do aluno na dinâmica escolar. A escola estabelece normas que visam organizar o seu funcionamento, mas que, na maioria das vezes, não conseguem responder aos seus objetivos e, além disso, são formuladas e implementadas de forma unilateral, sem se considerar a palavra do aluno, o mesmo pode-se dizer em relação às punições.

Nos últimos anos, casos de violência ocorridos nas escolas, têm sido cada vez mais noticiados, chama atenção o aumento, ou o registro, de atos delituosos e de pequenas e grandes “incivildades” nas escolas, o que justifica o sentimento de insegurança dos que a frequentam. Esta visibilidade sobre as situações de violência na escola tem sido acompanhada, como salienta Sebastião, Alves & Campos (2003) «em paralelo, pela exposição mediática dos fenômenos de delinquência juvenil², coincidindo na ideia de que ambas convergem e constituem uma ameaça grave, encontrando-se fora de controle» (p.37).

Neste sentido, estamos vindo a assistir a um aumento significativo do sentimento de insegurança no seio das comunidades educativas e à crescente exigência de tomada de medidas políticas e disciplinares mais severas (ME, 1999; SEBASTIÃO e OUTROS, 1999).

Tornam-se mais visíveis as transgressões, os atos agressivos, os incidentes mais ou menos graves que têm como palco a escola ou seu entorno, onde todos os atores (alunos, professores, corpo técnico-pedagógico, pais e agentes de segurança) sentem-se vítimas em potencial. Esse angustiante sentimento de vulnerabilidade, segundo Debarbieux (1998, p. 13), «expressa a existência de uma tensão social, que desencadeia insegurança no cotidiano das pessoas, mesmo não sendo elas vítimas diretas de crimes e delitos» – reflexão corrente no acervo da literatura internacional sobre o tema.

² A **delinquência juvenil** refere-se aos atos criminosos cometidos por menores de idade. Muitos países possuem procedimentos legais e punições diferentes (no geral mais atenuados) aos delinquentes juvenis, em relação a criminosos maiores de idade. Ver Maria João Leote de Carvalho. **Jovens, espaços, trajetórias e delinquências**. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 49, pp.71-93, 2005.

Nos últimos anos, percebe-se que a instituição escolar vem enfrentando profundas mudanças com o aumento das dificuldades cotidianas, que provêm tanto dos problemas de gestão e das suas próprias tensões internas quanto da efetiva desorganização da ordem social, que se expressa mediante fenômenos exteriores à escola, como a exclusão social e institucional, a crise e o conflito de valores e o desemprego.

A escola não seria mais representada como um lugar seguro de integração social, de socialização, não é mais um espaço resguardado; ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas.

Vemos que a violência não é um fenômeno exclusivo do nosso tempo, desde sempre acompanhou a gênese humana. O que acontece atualmente, é que os meios de comunicação social fazem chegar até nós, episódios de violência que nunca suporíamos que existissem, dando a impressão que a violência a cada dia que passa aumenta não só em quantidade, como em gravidade. Maria Emília Costa e Dulce Vale (1998) referem que a singularidade do momento que atualmente se vive reside na distinção da forma como a violência nos é apresentada e no modo como é vivenciada.

Todavia, alguns estudos, relatam que o número de violência nas escolas não é tão alto quanto divulgado na mídia. De partida, após uma análise secundária das estatísticas oficiais sobre a violência nas escolas (Debarbieux, 1996, 1999; Facy, em Charlot e Emin, 1997; Gill e Hearnshaw, 1997; Lindström, 1998), mostram que a maior parte desses estudos, sem necessariamente subestimar tais atos, concordam que a quantidade dos crimes e delitos ocorridos nas escolas é baixa (apud DEBARBIEUX & BLAYA, 2002, p.76).

A década de 1980, portanto, produziu um grande número de trabalhos pedagógicos e psicológicos que, direta ou indiretamente, tratavam da violência nas escolas. As políticas públicas inexistiam e os trabalhos sociológicos eram muito esparsos: a questão da violência nas escolas ainda não havia se transformado numa questão social. O desinteresse dos media no decorrer dos anos 1980, que camuflava os trabalhos e a preocupação presentes dentro das escolas, foi substituído por uma efervescência sem precedentes, na imprensa escrita e na televisão, que alçou a violência nas escolas à condição de um problema ou fenômeno social (MONTROYA apud DEBARBIEUX & BLAYA, 2002, p.104).

O assunto viu-se transformado numa questão ideológica, que acontecia em meio a uma impressão generalizada de declínio global da moral educacional, relacionada à decadência dos valores familiares e a um suposto excesso de indulgência por parte dos professores, demonstrando assim a deficiência das políticas e, de maneira mais geral, a fragilidade do Estado. Essa mobilização sem precedentes chamou a atenção das autoridades públicas, injetando novo ânimo às pesquisas e gerando novos relatórios, pesquisas e novas medidas (MONTROYA apud DEARBIEUX & BLAYA, 2002, p.104).

Ao longo da década de 1980, para a sociologia, a violência escolar permaneceu escamoteada pela questão urbana, não parecendo representar, em si mesma, um problema social. O impacto que os muitos incidentes ocorridos na década de 1990 tiveram na mídia, levaram a uma conscientização inédita, em termos tanto públicos quanto políticos e acadêmicos. A partir dessa nova visão, a violência nas escolas, passou a aparecer como um tema que merecia ser pensado separadamente.

Os fatos estabelecidos e o desgaste cotidiano tornaram-se um assunto digno de ser objeto de pesquisas, possibilitando assim que fosse demonstrada a construção interativa da desigualdade, em face do risco e do seu desenvolvimento relacionado à exclusão social (Debarbieux, 2000). Embora os sociólogos continuassem a relacionar essa violência às desigualdades sociais e à questão urbana, eles, mesmo assim, sistematizaram o papel desempenhado pelas características das escolas na produção – ou na prevenção – da violência, demonstrando a eficácia de determinadas culturas escolares³ (DEARBIEUX, 1996; 1999; MONTROYA, 2000).

Também as alterações profundas que se produziram na estrutura, métodos e públicos dos sistemas educativos, trouxeram consequências que foram analisadas na literatura sociológica. A massificação do acesso à escola coincidiu com a democratização política, fato que resultou em contextos escolares mais conflituais e no acesso a níveis da escolarização cada vez mais elevados de grupos sociais deles até aí afastados. A diversificação dos públicos escolares, originalmente como resultado da massificação, posteriormente devida aos processos migratórios de variados tipos, que

³ A cultura escolar refere-se às práticas e modos de transposição didática de diferentes conteúdos, comportamentos e normas sociais realizados na escola. A percepção da distinção entre cultura e cultura escolar surge no sentido de especificar, em profundidade, esta última: devido aos diferentes investimentos, simbólicos e materiais, de diversos países na Educação. Ver: Marcus Levy Bencostta (org.) Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

têm contribuído para transformar a sociedade traduziu-se ainda pelo desencadear de situações conflituais no sistema educativo «resultantes da manutenção de métodos organizacionais e pedagógicos típicos da escola de elites; e resultantes do acréscimo da presença na escola de grupos portadores de características culturais e valores conflituais com os dominantes na instituição escolar» (SEBASTIÃO, ALVES & CAMPOS, 2003, pp.38-39).

Num enfoque de caráter mais sociológico não poderemos, contudo, deixar de sublinhar a problemática dos direitos humanos que está intimamente associada a todo o sofrimento ou privação que a violência comporta, seja ela uma realidade escolar ou em qualquer outro contexto. Neste modo de ver as coisas, os sociólogos fizeram com que fosse possível conceber estratégias que fossem além da mera repressão, ou de uma retirada tímida de volta ao “santuário”. Eles colocaram em questão o próprio significado da escola, em sua dimensão socializadora e, por fim, deram ênfase às novas dimensões da seleção social que vêm ocorrendo nas escolas, que incluem: «tendências étnicas ou até mesmo raciais, e que estão em processo de se tornar objeto de novas pesquisas, em razão da sua importância para a escola» (MONTROYA apud DEBARBIEUX & BLAYA, 2002, p.122).

Em um importante artigo a respeito da trajetória dos estudos sobre violência escolar na França, Debarbieux (2001) conclui que «é enganoso supor que a definição permita maior aproximação e apreensão do fenômeno», e propõe que a violência seja estudada a partir de como ela é percebida pelos atores sociais que a vivenciam, em contextos diferenciados (apud SILVA & RISTUM, 2010, p.235).

Vemos também que o conceito de violência escolar tem sido caracterizado, por diferentes autores, como um fenômeno multifacetado, abrangendo uma variedade de manifestações, estando cientes dos diferentes domínios que urge intervenção.

A existência de um alargado conjunto de situações, que designamos globalmente de violência na escola, tem dado origem, nos anos mais recentes, a diversos debates públicos e a numerosas referências nos meios de comunicação social.

Tais concepções escondem que a violência, nas mais variadas formas, pode ser hoje considerada um elemento estrutural das sociedades industrializadas ocidentais, já que se encontra presente de forma persistente no seu cotidiano (violência intrafamiliar, delinquência e criminalidade, guerra, violência no desporto, na mídia,

etc.). Sendo assim, «a violência na escola, com as suas especificidades, faz parte integrante desse fenômeno, e não será facilmente compreendida se ignorarmos os laços que ligam ambos» (SEBASTIÃO, ALVES & CAMPOS, 2003, p.38).

A violência escolar pode assim ser definida como qualquer tipo de violência que se dá em contextos escolares, que pode ser dirigida contra os alunos, professores, funcionários ou propriedades. Estes atos ocorrem nas aulas, recreios, casas de banho, nos arredores da escola e durante as atividades extracurriculares. Porém, o que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, do status de quem fala (professores, diretores, alunos), da idade, do sexo (Lopes & Gasparin, 2003) e de país ou cultura (ABRAMOVAY & RUA, 2003).

É bem possível, aliás, que o tema da violência escolar tenha ganhado proeminência principalmente por meio de campanhas de medias extravagantes, ocorridas em vários países. Novos episódios impactantes e raros foram enfatizados para descrever a erupção da barbárie infantil, confusamente misturados a um discurso sobre a decadência educacional (tendo como alvo principalmente as famílias de um só genitor) e acompanhados de explicações simplistas sobre a influência direta da violência da televisão ou dos videogames, ou das consequências sombrias da imigração (DEBARBIEUX & BLAYA, 2002, p.21).

Mas, o que é esta violência? Para Hurrelmann (1990):

A violência nas escolas abrange todo o espectro de atividades e atos que resultem em sofrimento físico ou mental a indivíduos que operam no ambiente escolar, ou cujo objetivo seja o de danificar objetos nas dependências da escola (p.365).

Essa definição abrange os atos de violência física e verbal/psicológica, incluindo formas de violência ameaçadoras ou sexistas cometidas por ou contra alunos, professores ou outros indivíduos, bem como a violência dirigida a bens materiais (vandalismo).

Para Gustave-Nicola Fischer (1994) violência de uma forma simplificada, manifesta-se através da agressão e significa o uso material da força. Este autor diz que:

A agressão como forma de violência social deve ser integrada numa perspectiva que leve em consideração o peso do contexto social, as condições econômicas nas quais vivem os indivíduos e os seus valores culturais (p. 15).

No seguimento deste raciocínio a questão da violência está ligada as representações sociais, que a codificam de forma positiva ou negativa, consoante determinado quadro de referências o admita ou não.

À semelhança de Fischer, Guillotte considera que os atos violentos devem ser compreendidos na relação com outros fenômenos que os acompanham, isto é, não se pode descurar do contexto social, econômico e cultural, onde os indivíduos se inserem.

A violência escolar não pode ser entendida como um conceito único. Tendo em conta que quando se fala de violência escolar deve atentar-se aos diferentes conceitos que lhe estão associados, muitas vezes sobrepostos entre si como o vandalismo, os distúrbios de comportamento, os comportamentos de oposição, a perturbação da atenção com hiperatividade, o comportamento delinquente, o défice de competências, os fatores desenvolvimentais e o bullying (COSTA, 2001 apud ROCHA, SOUSA, FERREIRA, ESPINHEIRA, MELO & NETO, 2007, p.2)

Dubert (1990) afirma que a violência na escola é caracterizada por um:

Clima de indisciplina que é paradoxalmente mais tangível que os atos que o geram. As pessoas na escola convivem com este clima e devem ter a oportunidade de poder dar nome àquilo que gradualmente possa vir a se converter em um delito (apud DEBARBIEUX, 2002, p.66).

Portanto, é preciso compreender o sofrimento das pessoas envolvidas em situações de violência, sem aprisioná-las em definições que são ilusórias e pré-fabricadas e ao mesmo tempo fazer com que expressões como “violência na escola”,

possam ser construídas com significância social e singularidade pelos atores sociais que nela convivem.

Para o autor, a consequência do uso não correto das palavras pode levar a que qualquer “incivilidade” seja entendida como um perigo grave, um prenúncio ao crime e também à intolerância, como muitas vezes nos é apresentada pela mídia, que por consequência, acaba por direcionar as políticas repressivas que tenderiam a criminalizar, entre outros, a pobreza, e justificar políticas de supervisão excessivas, pois o uso amplo da palavra violência não apenas descreve o mundo social, mas também o interpreta.

Como vimos anteriormente, Charlot (2002) explica que a violência na escola não é fenômeno novo que surgiu nas décadas de 1980/1990 e que a própria história registra no século XIX movimentos de violência em escolas de segundo grau e incivildades entre alunos de escolas profissionais nas décadas de 1950/1960. Com relação à violência na escola, a novidade, para o autor, são as novas formas com que ela se apresenta. Atualmente, apesar de raras, surgiram novas formas de violência, mais graves que as de antigamente: chacinas, homicídios, uso de armas, ataques a professores, dando a impressão de que foram transpostos limites antes respeitados, fazendo crescer a “angústia social” (CHARLOT, 2002, p. 433).

Merece destaque, outra nova forma de violência, o fato de estarem se envolvendo com estas ações, alunos cada vez mais jovens, chegando a ser constatados até entre crianças que cursam a escola de educação infantil. Também é possível verificar a existência de grupos externos à escola que nela adentram para acertos de contas que tiveram origem nos bairros, ou familiares de alunos que vêm vingar o que consideraram injustiça sofrida na escola por membros da família. A escola não se apresenta, pois, como lugar protegido ou até sagrado conforme considerado antigamente, mas como espaço aberto e sujeito a agressão vinda de todos os meios.

Por último, Charlot (2002), nos diz que uma das novas formas com que se apresenta a violência é a sensação de insegurança sentida por professores e pessoal administrativo produzida pela repetição de pequenos atos de violência e incivilidade cuja acumulação produz um permanente estado de alarme e ele é responsável pela percepção negativa do clima.

Para muitos, a angústia social acarretada por estes novos fenômenos que ocorrem não apenas em escolas de bairros problemáticos, mas também nas

frequentadas por alunos de bairros bem estruturados e até em cidades interioranas, leva a pensar que a violência esteja se transformando em fenômeno estrutural, deixando de ser acidental.

Embora os estudos sejam bastante fragmentados é possível considerar os anos 1990 como um momento de mudanças no padrão de violência nas escolas públicas, englobando não só atos de vandalismo, mas também práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil. São mais frequentes as agressões verbais e as ameaças. Entretanto, este fenômeno acabou por alcançar as cidades médias e as regiões menos industrializadas do país.

Para Charlot (2002; 2005) é necessário distinguir entre violência *na* escola, violência *à* escola e violência *da* escola. Entende que a violência *na* escola é a que se produz no espaço escolar, sem vinculação com as atividades da escola como os acertos de contas entre grupos rivais, quando um deles invade a escola para resolver suas diferenças, e que poderia fazê-lo em outro local. Violência *à* escola é a que visa diretamente à instituição e aos que a representam perpetrados por alunos como as depredações, incêndios, agressão a professores. Violência *da* escola é a institucional, simbólica, suportada pelos alunos pela maneira como os jovens são tratados pelos adultos: divisão das turmas, separação das classes, atribuição de notas, utilização de palavras desdenhosas e outros.

No entanto, vemos também na escola, a questão da violência simbólica, conceito introduzido por Bourdieu (1998), que cria a possibilidade de consenso, sendo dessa forma utilizada como instrumento de dominação pelos representantes do poder na escola, entre os quais se coloca o professor. O poder simbólico é quase mágico, permitindo obter através da palavra e do convencimento o que se consegue pela força física, e, portanto, sem gasto de energia (BOURDIEU, 1998).

Na base deste princípio de conhecimento sociológico, Bourdieu e Passeron (2001) definem a ação pedagógica como uma forma de violência simbólica: «Toda a ação pedagógica é, objetivamente, violência simbólica, na medida em que constitui a imposição de um arbitrário cultural por parte de um poder arbitrário» (p. 201). A ação pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A ação pedagógica (institucionalizada) da escola reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de «relações de força» dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica

legítima. Todas as ações pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objetiva e indiretamente a ação pedagógica dominante, porque esta última define a estrutura e o funcionamento do mercado econômico e simbólico. Sendo considerada como uma mera ligação de comunicação, a ação pedagógica mantém dissimulada (mascara) a sua própria natureza, a de impor o poder dominante da classe dominante.

Em termos ainda mais concretos e muito simples, o fato de diferentes atos sociais poderem ser agrupados sob o termo genérico de violência, por parte de pessoas de dentro das escolas é, por si só, um ato social que merece ser pensado, e um dos pontos de vista possíveis. Isso porque «a dificuldade gerada pela definição restrita é que ela nega aos próprios participantes o poder de dar um nome a sua experiência» (DEBARBIEUX & BLAYA, 2002, p.66).

Então, a violência contra a escola está relacionada, no entendimento de Charlot (2002), à violência da escola: a violência institucional, simbólica, a qual se manifesta por meio do modo como a escola se organiza, funciona e trata os alunos. Furlong (2000, p.4) defende que:

Distinguir violência escolar (escola como sistema que causa ou acentua problemas individuais) de violência na escola (escola como espaço físico onde se dão atos de agressão) é importante para que se possa estabelecer com clareza qual é o papel dos educadores e da escola enquanto instituição na prevenção de situações de violência.

A escola é praticamente impotente face à violência *na* escola, porém dispõe de margens de ação com relação a violência *à* e *da* escola. Os jovens são os principais autores e vítimas da violência na escola, que envolve, conforme estatísticas, os alunos que já são vítimas de violência fora dela. Atores e vítimas se assemelham: são jovens fragilizados em um ou vários pontos de vista (CHARLOT, 2005).

Neste sentido, a violência na escola não tem a ver só com os alunos, mas também à forma como os demais agentes possam gerar situações conflituosas em que o peso da violência institucional e simbólica possa fazer parte.

A escola é considerada um dos veículos de produção e de disseminação da violência simbólica na nossa sociedade. Como pondera Vasconcellos (2002), a partir da conceituação de Bourdieu, «a violência simbólica se dá no plano das instituições e dos agentes que as animam e sobre as quais se apoia o exercício da autoridade» (apud ABRAMOVAY, 2005, p.73).

Insiste-se que a violência em meio escolar pode expressar modalidades de ação que nasce no ambiente pedagógico, o que significa que este não funciona apenas como uma caixa de ressonância da violência social. Essa demarcação da problemática orienta para uma compreensão ampliada de violência nas escolas, que apreende a escola como um espaço de produção de violência e não apenas como um campo que reflete processos sociais, possibilitando uma leitura do fenômeno em sua diversidade, complexidade e sutilezas. Tal perspectiva também estimula a perspectiva de que por um lado outra escola é possível, e de outro, que pode a escola também colaborar para difusão de uma cultura contra violências, o que pede que mais se identifique o que singulariza as violências quando essas se dão e se reproduzem na escola.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M. & Rua, M.G. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2003.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOURDIEU, P. (1988). **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2001.

CHARLOT, B. Violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, n. 8, jul./dez, 2002.

COSTA, Maria Emília, VALE, Dulce. **A violência nas escolas**. Lisboa: IEE Instituto de Inovação Educacional, 1998.

DEBARBIEUX, Éric.; BLAYA, Catherine. (orgs). **Violência nas escolas: dez abordagens europeias**. Brasília: UNESCO, 2002.

DEBARBIEUX, E. **A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997)**. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 163-193, 2001.

DUBET, F. **A escola e a exclusão**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 29-45, jul,2003.

LOPES, C.S, & GASPARIN, J.L. **Violência e conflitos na escola: Desafios à prática do docente**. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 25(2), 295-304, 2003.

ROCHA, Mário A., SOUSA, Sérgio M., FERREIRA, Ana P., ESPINHEIRA, Filipa M., MELO, Hélder E., NETO, Sandra C. (2007). **Jovens vítimas de crime em contexto escolar**. Consulta em 11 de janeiro de 2014, disponível em <http://www.psicologia.com.pt>.

SEBASTIÃO, J., T. SEABRA, M. G. ALVES, D. TAVARES, J. M. MARTINS, e M. J. PORTAS. **A produção da violência na escola**, Revista da ESES, Santarém, 1999.

SEBASTIÃO, João, ALVES, Mariana Gaio, CAMPOS, Joana. **Violência na escola: Das políticas aos quotidianos**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 41, p. 37-62, 2003.

SILVA, Joelma Oliveira da & RISTUM, Marilena. **A violência escolar no contexto de privação de liberdade**. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(2), p.232-247, 2010.

***Recebido em Dezembro de 2014.
Aprovado em Dezembro de 2014.***